

A LINGUAGEM DA POLUIÇÃO: ENCOBRIMENTO E APROPRIAÇÃO DA TERRA

THE LANGUAGE OF POLLUTION: LAND COVERAGE AND APPROPRIATION

Luanda Francine Garcia da Costa ¹

Resumo: Tecendo um diálogo entre a filosofia e a psicanálise freudo-lacanianana, colocarei em discussão neste artigo algumas perspectivas sobre o lugar preponderante que a poluição ocupa no contexto específico da crise ambiental. A partir de três proposições sustentadas pelo filósofo, pensador da Terra, Michel Serres – a ideia de uso do mundo natural como palco de representações, a tese de que a nossa linguagem tem horror ao ruído do mundo e o entendimento da poluição como uma modalidade de encobrimento e apropriação do mundo natural –, apresentarei a tese do funcionamento da poluição como um operador de linguagem cujo efeito se presentifica como dilatador antrópico, em função da tentativa de limpeza do que rasura ou escapa à linguagem, de modo pensar a relação de oposição e recusa da Terra, estabelecida na ontologia ocidental e amplificada pelo capitalismo.

Palavras-chave: poluição, linguagem, Michel Serres, psicanálise, crise ambiental

Abstract: *Weaving a dialogue between philosophy and Freud-Lacanian psychoanalysis, I will discuss in this article some perspectives on the preponderant place that pollution occupies in the specific context of the environmental crisis. Based on three propositions supported by the philosopher, thinker of the Earth, Michel Serres – the idea of using the natural world as a stage for representations, the thesis that our language hates the noise of the world and the understanding of pollution as a form of concealment and appropriation of the natural world -, I will present the thesis of the functioning of pollution as a language operator whose effect is present as an anthropic dilator, due to the attempt to clean what erases or escapes language, in order to think about the relationship of opposition and refusal of the Earth, established in Western ontology and amplified by capitalism.*

Keywords: *pollution, language, Michel Serres, psychoanalysis, environmental crisis*

¹ Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Graduada em Filosofia pela mesma instituição. Psicanalista. Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Ética e Direitos dos Animais do Diversitas-USP (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos, FFLCH, USP).

Perante as destruições ecológicas e o fenômeno de extensão da poluição que atinge proporções planetárias na contemporaneidade, o meio ambiente, entendido enquanto espaço e clima sócio-geo-físico-biológico, nunca esteve tão presente na condição de pauta e palco de representações da cultura, ocupando não mais o mudo lugar de mero recurso energético destinado ao uso de mercado. A ele é concedido agora, como nunca antes, um lugar de dizer na política. As pessoas, as instituições do Estado, o Mercado, cada vez mais passam a se unir e formar discursividades a partir e em torno da ideia de “meio-ambiente”, que emerge, entretanto, como um conjunto personificado que se rematerializa na cultura, sob a forma de crise. Nas palavras do filósofo, pensador da Terra, Michel Serres (1991), “tudo isso que jamais interessou a alguém [...] de agora em diante estorva nossas tramoias. Irrompe em nossa cultura – que dela sempre formou uma ideia local e vaga, cosmética – a natureza”. Assim, a natureza em crise que estorva a cultura, também leva a cultura a um estado de crise. E com isso, a crise ecológica faz entrar em crise a própria divisão opositiva entre natureza e cultura, sobre a qual subjaz o esteio da ontologia ocidental e suas políticas.

Crise, do grego, *Krísis*, encontra raiz no verbo *Krinien*: passar pelo crivo, separar, triar, julgar. Seu significado é complexo e não se dá facilmente à compreensão por remeter-se às noções de corpo, doença e tempo presentes na Antiguidade e que hoje não nos são familiares. Para se aproximar, é preciso recorrer à história das práticas judiciais, da filosofia e da medicina:

A palavra crise transporta consigo uma longa história. A sua gênese está ligada à prática judicial, para designar aquele momento em que, apuradas as versões contraditórias da acusação e da defesa, o processo não pode arrastar-se indefinidamente e exige uma decisão. Crise significa simultaneamente o momento de passagem ao veredicto e o próprio juízo emitido pelo juiz: é um ponto de transição inadiável, apesar da incerteza que possa envolver. (PIGEAUD, 2009 p.11)

Dos tribunais à medicina, a crise entrou como metáfora do julgamento, o pior momento da doença que indica o seu final, a agudização dos sintomas que leva ao ponto de viragem: a resolução da doença pela sentença de absolvição ou de condenação. Não obstante, a crise é também o momento de oportunidade, momento que antecede a saída, momento da decisão. Por isso, sua modalidade do tempo é o *Kairós*: momento oportuno para a ação (PIGEAUD, 2009).

Nesse contexto, para pensar a crise ecológica, ou ainda, a crise ambiental, é preciso extrair o valor axiomático da noção de crise, de modo a desbanalizar sua condição, retirando-a do lugar trivializado pela denegação, que posterga o ponto de cisão, relegando a crise a um sentido de mero problema ou dificuldade maior, que se dá linearmente no tempo, que está aí, mas que já está aí faz tempo, desgastado e contornável. É preciso tratar com rigor o caráter disruptivo e paradigmático que uma crise enceta.

Isso posto, adentrando no panorama específico da crise ambiental, a poluição tem ocupado um lugar preponderante. Do latim *polluere*, poluir consiste em sujar, manchar, contaminar, deteriorar, estragar, desacreditar, deslustrar, desonrar, cometer ação infamante, corromper, tornar impuro, desdourar, perverter, profanar (FERREIRA, 1995, p. 516). Sentidos estes que implicam um movimento ativo que ultrapassa a simples geração de restos acarretada pelo viver humano, como assim o fora em outras gerações na história. Desde a revolução industrial, e sobretudo a partir da década de 1950, onde a produção do plástico passou a ser feita em grande escala, o lixo perdeu sua afinidade com os meios naturais:

Em toda sua história, o homem fiara fibras animais e vegetais para se abrigar do frio. Doravante, materiais secretados por sua própria indústria o cobririam. Da mesma maneira, a madeira havia sido na idade pré-industrial, e por milênios, a matéria por excelência dos artefatos humanos. [...] Havia então uma continuidade fenomenológica entre a “matéria-prima” e os objetos manufaturados. (MARQUES, 2016, p. 199)

Em consequência disso, e, somada a dimensão extraordinária de produção de mercadorias desde o início da Modernidade, os dejetos industriais passaram a não mais se delimitar às regiões habitadas por humanos. Devido à quantidade e resistência à degradação dos materiais, não há ponto do globo salvo dos dejetos da cultura moderna, indigestos para a Terra e todos os viventes. Do céu às zonas abissais dos oceanos, a poluição expande a dimensão de território e se consubstancializa em onipresença – atributo que, na teologia monoteísta, configura-se como um dom disponível unicamente para Deus. Outrossim, ao mesmo tempo em que a poluição se “onipresentifica”, a crise ecológica, em sua expressão mais perigosa – a saber, a crise climática –, também assim o faz. E a despeito de todo negacionismo climático presente nas instituições ao longo das últimas décadas, já não é mais possível adiar que se ratifique essa crise como sendo, indubitavelmente, de origem antropogênica². O que por sua vez indica, não ser mais possível a esquiva de colocar em causa o perfil ideológico de consumo produtor de sobreaniquilamentos, posto que a negação da origem antropogênica na crise climática sempre esteve à serviço da proteção da política econômica global capitalista. Nas palavras de Naomi Klein (2015), o negacionismo climático não seria simplesmente uma tentativa de proteger uma maneira de viver que não almejam modificar, mas sim que “entenderam que a mudança climática ridiculariza o núcleo de seu sistema de crença contrário ao governo e em prol da

² Vide último relatório emitido pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), divulgado em agosto de 2021, que pela primeira vez, afirma ser inegável a causa da intervenção humana na origem dessa crise climática. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 13 set 2021.

liberdade de mercado. De modo que precisam negá-lo para proteger sua própria identidade” (KLEIN, 2015)³.

Entretanto, além da preservação de uma identidade de mercado, há também uma outra dimensão identitária que é posta em causa na responsabilização dessa crise. Conforme afirma Maurício Waldman (2010), criamos um modelo de geração de lixo inédito na história, filiado⁴, por sua vez, a um modelo específico de relação com a natureza, um tipo de padrão civilizatório. Qual seria esse modelo de relação? A que padrão se referiria? Um caminho de resposta pode ser encontrado na análise que Sigmund Freud faz em “O futuro de uma ilusão”:

por causa dos perigos com que a natureza nos ameaça que nos reunimos e criamos a civilização, a qual também, entre outras coisas, se destina a tornar possível nossa vida comunal, pois a principal missão da civilização, sua real razão de ser, sua *raison d'être real*, é nos defender contra a natureza (FREUD, 1927/2006, p.24).

Freud (1927/2006) capta com precisão a estrutura do vínculo com o mundo natural na ontologia ocidental. Trata-se de um padrão civilizatório firmado num modelo de relação *contra* a natureza. Ou seja, o que alinha o viver junto, o fio que une, é a linha que não simplesmente separa, mas que faz linha de frente (e que com a crise climática, é tencionada ao ponto de esgarçamento). Essa operação opositiva, conforme inaugura uma identidade baseada numa comunhão dentro da interioridade segura associada à cultura, outorgou à natureza o lugar político daquilo que fica de fora, que é de fora, lugar de forasteiro. O que implica dizer, o objeto da política para com aqueles que ficam de fora da comunhão política. A natureza seria assim o lugar do fora, por excelência.

Já em “O mal-estar na civilização”, Freud (1929-1930/2006) afirma que “não nos surpreende a ideia de estabelecer o emprego do sabão como um padrão real de civilização” (FREUD, 1929-1930/2006, p. 99). Se na primeira asserção destacada o psicanalista usa o termo “*real* razão de ser” para se reportar a missão de defesa contra a natureza, nessa, o uso do sabão é posto como representante do padrão *real* dessa civilização. Voltaremos a isso mais adiante. Todavia, é curioso como a modernidade em seu ideal asséptico de ordem e progresso, ao mesmo tempo em que faz do sabão o seu arauto, suje tanto em razão desses mesmos preceitos.

Outra característica peculiar presente na problemática da poluição e que entra em crise com a crise climática, é o amparo na união de duas crenças. Uma, a de que seja possível jogar o lixo para um fora: fora de casa, fora da cerca, fora dos muros da *pólis*, fora dos países ricos (como se verifica

³ Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/-A-mudanca-climatica-foi-causada-por-nosso-sistema-capitalista-3/33068>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

⁴ O que seria pertinente aqui conceber a palavra filiação em sentido duplo de adoção: aquilo que se adota, aquilo que adotamos, aquilo pelo qual somos adotados, o modo de ser filho.

na exportação de lixo para países com baixo IDH), também fora de preocupações, fora de debates, fora do paraíso do consumo. Outra, de que a natureza seria uma espécie de mítica Mãe, ou ainda, uma babá, capaz de infinitas renovações e superação de quaisquer problemas que causemos. A credulidade nessas ficções, formam um tipo de ideologia que une pensamento mágico e recusa da castração, que é posta em xeque agora.

Porém, o lixo ao mesmo tempo em que designa o objeto abjeto, ou ainda, a face abjeta do objeto, é também a designação de um lugar para deixar ficar o lixo, por excelência, um lugar no fora. E é aí, que natureza e lixo duplamente se coincidem: a natureza e o lixo como um lugar no fora e a natureza como um lugar para *deixar* o lixo.

Para pensar essas coincidências, algumas ideias de Michel Serres, especialmente apresentadas em suas obras *O contrato natural* (1991) e *O mal Limpo* (2011), são fundamentais por articularem de modo inaugural uma terceira via de reflexão. Provocativo, Serres (2011) indaga: o que queremos quando sujamos o mundo? Pergunta chave que traz à tona a possibilidade da poluição ser analisada não unicamente enquanto consequência da profusão de mercadorias no capitalismo, mas também, enquanto razão, finalidade, missão. Vamos acompanhá-lo.

Mundo natural como palco de representações

Em *O contrato natural*, Serres inicia seu livro retomando a pintura “*Duelo com porretes*”⁵, de Francisco de Goya, e um trecho da *Ilíada*, de Homero: no quadro, uma paisagem e dois homens enfiados até os joelhos na lama, com bastões erguidos sugerindo movimentos de golpes um contra o outro; na história, Aquiles, no afã de sua batalha dentro de um rio, triunfando sobre a vida de seus inimigos. Serres (1991), entretanto, faz uma leitura bastante incomum a respeito dessas obras. Na pintura de Goya, o filósofo observa que para além do fascínio dos espectadores diante do combate, existe uma “terceira posição, exterior à contenda [...], um terceiro lugar, o pântano, onde a luta se enterra.” (SERRES, 1991, p. 11). Sobre Aquiles, Serres (1991) indaga se não “seria preciso distinguir duas batalhas: a guerra histórica que Aquiles faz a seus inimigos e a cega violência feita ao rio?” (SERRES, 1991, p. 12). Convocando o olhar para o não-olhar o “mundo das coisas”, Serres (1991) indaga o esquecimento da areia, da água, dos juncos, do pântano, utilizados como mero palco de representações para a cultura:

⁵ O quadro, integrante da série “Pinturas Negras” de Francisco de Goya, tem recebido vários nomes, mas o mais empregado é “Duelo com porretes”, como afirma Agustín Benito Oterino (2002). Disponível em: <<http://biblioteca.ucm.es/tesis/bba/ucm-t25732.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

Nessas representações [...] os adversários, em geral, se batem até a morte em um espaço abstrato onde lutam sós, sem pântano e sem rio. Tirem o mundo em torno das lutas, olhem apenas os conflitos ou os debates, densos de homens, puros de coisas, e obterão o teatro em cima do palco, a maior parte das nossas narrativas e das filosofias, a história e a totalidade das ciências sociais: o espetáculo interessante que chamamos cultural. Quem alguma vez disse onde lutam o senhor e o escravo? (SERRES, 1991, p. 13)

O autor observa que esse teatro de hostilidades destina o mundo natural a não existir em si mesmo, mas apenas como um cenário de papelão montável e desmontável, onde o debate se destaca. Serres (1991) observa que tudo se passa como se houvesse uma despedida do mundo das coisas, e as sociedades não se enraizassem senão apenas na história (e, portanto, podemos dizer, numa razão que ainda elege o espírito, sem chão, sem terra e sem corpo). Isso fez com que o mundo a-histórico desaparecesse, desaparecendo com ele o reconhecimento da existência do mundo natural enquanto alteridade radical que não cabe em nenhum encapsulamento descritível. Em consequência, também perdeu-se a influência do clima, já que esse deixou de influenciar nossos trabalhos. Longe da agricultura e da navegação, nossas vidas são vividas em interiores, em salas, escritórios, estúdios, laboratórios e afins. Nosso tempo, analisa o filósofo, é o tempo que escorre – *time*, *Zeit* –, perdemos o tempo do clima, no sentido da chuva e do vento. Por isso, nossos contemporâneos,

Indiferentes ao clima, a não ser durante as férias, quando voltam a encontrar de maneira arcádica e pesada o mundo, poluem, ingênuos, aquilo que não conhecem, que raramente os machuca e que nunca lhes diz respeito. (SERRES, 1991, p. 40)

Portanto,

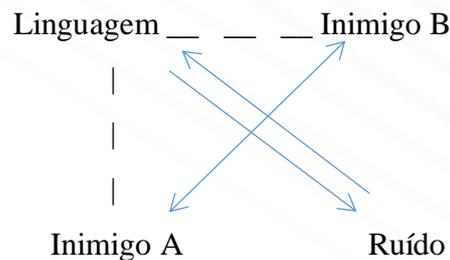
O essencial, acontece do lado de dentro e em palavras, jamais fora com as coisas. Chegamos até a empregar as janelas, para nos escutarmos melhor ou para mais facilmente discutir [...]. Estamos ocupados apenas com os nossos canais. (SERRES, 1991, p. 41)

Essa ocupação demasiada com o dentro e com o que pode ser posto em palavras, proporcionalmente em desconsideração com o fora, com o campo do sensível, do sem palavras, fez com que o mundo natural ficasse encoberto em sua existência por ruidosas batalhas subjetivas, que Serres chama por mundo mundano. De acordo com o autor, o pacto social hobbesiano que permitiu o surgimento da civilização deixou de fora o mundo natural. Porém, não por esquecimento, falta de percepção. Mas propositadamente, em função de uma razão: a de que nossa cultura tem horror ao mundo⁶ e seu ruído.

⁶ Convém salientar que mundo, do latim *mundu*, apresenta em sua raiz etimológica a significação adjetiva de ‘limpo’, ‘puro’, ‘não sujo’, donde deriva a palavra ‘imundo’: *in*-não + mundo, limpo.

Linguagem contra o ruído do mundo – encobrimento

Para Serres (1991), o ruído do mundo subjaz e ameaça a linguagem. Abrangendo o som, mas sem encerrar-se nele, a categoria de ruído é a insistência do que não se submete a cultura e coexiste com ela, aquilo que não pode ser absorvido, fazer sentido, e que por isso, revela a falta da linguagem. Serres (1991) atribui o ruído do mundo diretamente as expressões do mundo natural. O que nos permite por isso afirmar, que a oposição cultura *versus* natureza, se expressaria aqui na oposição linguagem *versus* ruído do mundo. Para o filósofo, a linguagem é utilizada como uma modalidade de encobrimento do mundo natural, sendo que a “língua contratual luta, passo a passo, contra o ruído ambiente para preservar sua pureza” (SERRES, 1991, p. 19). Retomando Goya e Homero, o filósofo sustenta que a discussão entre os opositores das batalhas supõe um acordo para que esses lutem juntos contra o ruído que pode confundir suas vozes e argumentos no palco da linguagem, pois não há “nenhuma disputa verbal possível se, vindo de outra fonte, um ruído gigante perturba e encobre todas as vozes” (SERRES, 1991, p. 18). O que pode ser assim esquematizado:



Para Serres (1991), o encobrimento do ruído do mundo natural pela linguagem, se expressa inclusive na dimensão diminuta do aparecimento desse tema na ordem de relevância das discussões nas ciências humanas, nas últimas décadas, assim como o não questionamento desse desinteresse.

Outrossim, o entendimento do ruído como categoria conceitual contraposto à linguagem pode encontrar consonância com o que o psicanalista Jacques Lacan (1968/2008) nomeia como registro do Real – o campo do impossível, do irreduzível à linguagem, que não pode ser abarcado pela simbolização nem imaginarização, daquilo que sobra como resto da operação de divisão subjetiva na entrada do Ser na linguagem. O Real é assim, o campo do resto:

A partir do momento em que fazemos entrar em jogo o significante, a partir do momento em que dois sujeitos se dirigem e se referem um ao outro por intermédio de uma cadeia significativa, há um resto, e então o que se instaura é uma subjetividade de outra ordem, na medida em que está referida ao lugar da verdade como tal. (LACAN, 1957-58/1999, p. 110)

Inscrevendo um efeito de falta, o resto é uma condição estrutural na origem da linguagem. Algo se perde, ou ainda, é expulso com a entrada da linguagem. Expulso, mas não pra fora, para dentro, para interior do inconsciente, marcando assim um lugar de extimidade, exterioridade íntima,

que a pulsão contorna e tenta capturar. É nesse âmbito que podemos pensar algumas conexões com a categoria de ruído compreendida por Serres (1991), na circunstância desse também se expressar como uma exterioridade íntima e incapturável. No plano sonoro, os ruídos dos fenômenos naturais, tais como os sons de alguns animais, chuva, vento, trovões, erupções vulcânicas, etc., podem ser experimentados como mortífero poder sonoro cujo efeito se presentifica em assujeitamento do ouvinte a sua dimensão material irrepresentável. Também os ruídos do próprio corpo, as vísceras da digestão, estranhas entranhas que furam o corpo da linguagem, vertendo-se em resto que aponta o contorno, aos limites do corpo-organismo.

Ademais, além do corpo, o resto também é um campo vinculado à animalidade. Freud (1913/2006), retomando a última cena de *Fausto* (“Ainda temos um resíduo de Terra, que é penoso de portar; e ainda que fosse de asbesto, não é asseado.”), escolhe a expressão “resíduo de Terra” para se reportar à dimensão ligada ao corpo, enquanto natureza física, quando este lhe faz lembrar demasiadamente de sua persistente *origem* animal:

o trabalho psicanalítico me familiarizou com a maneira pela qual os homens civilizados lidam hoje com o problema de sua natureza física. Ficam claramente embaraçados com qualquer coisa que os faça lembrar demasiadamente sua origem animal [...]. Os homens decidiram fugir ao dilema, negando, tanto quanto possível, a existência deste inconveniente ‘resíduo de Terra’, ocultando-o mutuamente e negando-lhe a atenção e o cuidado que poderia reivindicar como componente integrante de seu ser essencial. O caminho mais sábio indubitavelmente teria sido admitir sua existência e dignificá-lo tanto quanto sua natureza permitisse. (FREUD, 1913/2006, p. 363)

Ainda que a linguagem seja a instância que desfixa o humano das determinações instintuais e o expanda para o indeterminado, um “resto de terra” resiste, insiste e faz ruído. Por isso, o resto é uma condição estrutural não somente na linguagem, mas também no corpo, não sendo possível encobrir essa coisa que pulsa na interioridade. Neste âmbito, o resto de terra que ruída é experimentado em sua dimensão real. E o encontro do sujeito com a animalidade que resta, é também o encontro com a matéria que resta ao corpo (corpo esse espiritualizado por séculos), o inexplicável da carne que resta como aresta, com a matéria viva enlaçada na vida animal.

Poluição e apropriação

Além da direção que relaciona a linguagem ao encobrimento, Serres (2011) também sustenta a existência de uma estreita conexão entre poluição e apropriação dos espaços. O autor diferencia a poluição em duas categorias: duras e suaves. As duras se remetem aos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, enquanto campo das transformações energéticas, e as poluições suaves às “imagens e aos verdadeiros tsunamis de escritos, de signos e de logotipos com que a publicidade passou a inundar o espaço rural e citadino, público, natural e paisagístico” (SERRES, 2011, p. 59), que invadem todos os ambientes de maneira pestilenta sem que entrem nos cálculos físico-químicos. Para o autor, apesar

de diferentes na ordem energética, lixos e marcas são tomados como extensões corporais e territoriais, sendo os dois modos de poluir – dura ou suavemente – concebidos como gestos resultantes de uma mesma matriz, a saber, um desejo de apropriação:

Quem cospe na sopa a guarda para si; ninguém há de tocar na salada ou no queijo que foi dessa forma poluído. Para conservar algo como próprio, o corpo sabe como deixar alguma nódoa pessoal: suor na roupa, saliva nos alimentos ou outras grosserias mais, partículas no espaço, cheiros, perfume ou dejeção, sempre coisas bem duras... mas igualmente meu nome, impresso em preto, a tinta, na capa deste livro, assinatura inocente e suave, parecendo nada ter a ver com esse tipo de coisa; porém... Donde o teorema, que se pode considerar de direito natural – entendo, no caso, “natural” como uma conduta generalizada entre as espécies vivas: o próprio se adquire e se conserva pelo sujo. Melhor ainda: o próprio é o sujo. (SERRES, 1991, p. 14)

Necessário pontuar que em francês (idioma original da obra), a palavra “*propre*” significa próprio, pertencente, peculiar. Mas também significa limpo. Com efeito, ao substituímos na citação acima destacada, a palavra “próprio” por “limpo”, outros sentidos emergem. Por exemplo: “para conservar algo como limpo, o corpo sabe como deixar alguma nódoa pessoal”, “o limpo se adquire e se conserva pelo sujo. Melhor ainda: o limpo é o sujo”. Dessa maneira, com o limpo e o próprio tão próximos entre si e conservados pelo sujo, que extrações podemos realizar?

Para nos enveredarmos nessa direção, é fundamental pontuar que a secreção é pensada pelo filósofo em condição de sujidade, entretanto, o cuspe (ou outra substância produzida pelo corpo) nem sempre foi ou é assim qualificado. A saliva, por exemplo, ainda é utilizada por algumas etnias indígenas para a fermentação do milho e da mandioca na produção de bebidas alcoólicas.⁷ Outro exemplo, é o interesse das crianças em seus primeiros anos da infância em suas próprias secreções e excreções, como objetos de estima. Freud afirma quando as excretas são percebidas pelas crianças como extensões de seus corpos e produtos de seus organismos, as estimam narcisicamente, como tudo o que se relaciona com seu eu. Apenas em momento posterior, após essas inclinações submeterem-se à repressão, que passam a se relacionar com as excreções pela via da negação. Ou seja, para que um rastro corporal seja sujo, é preciso um movimento que o suje.

Contudo, apesar da consideração sobre as excreções serem determinadas em seu fundamento ao campo da sujidade não se sustentar, Serres (2011) abre uma perspectiva bastante significativa ao remeter o sujo ao campo do que é tido como próprio. Passeando pela etologia, o filósofo faz uma homologia entre hábitos animais em suas relações demarcatórias de fronteiras com excrementos e maneiras hominídeas de apropriação, reputando a sujeira como o elemento que tanto os definem como os protegem, de modo que “o crescimento do volume de lixo de dejeções – urina, esperma, sangue,

⁷ Para saber mais, ver *A arqueologia dos fermentados: a ética história dos Tupi-Guarani*, disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100087>. Acesso em: 27 ago 2021.

cadáveres... – marca uma extensão do espaço apropriado” (SERRES, 2011, p. 50). Porém, a esses elementos, Serres (2011) aproxima, enigmático, a assinatura. Assinar, do latim, *a* mais *signare* (signo), designa, firmar com seu nome ou próprio sinal, assinalar, fixar, destinar, conceder, demarcar, delimitar um espaço físico (FERREIRA, 1995, p. 67). Nas palavras do filósofo Jacques Derrida:

por definição, uma assinatura escrita implica a não presença atual ou empírica do signatário, mas, dir-se-á, marca e também retém o seu ter estado presente num agora passado, que permanecerá num agora futuro. (DERRIDA, 1972/1991, p. 371)

A palavra quando escrita amplia a extensão da linguagem no tempo e no espaço, persistindo mesmo depois da morte do autor, sendo que “o conceito da grafia implica, como possibilidade comum a todos os sistemas de significação, a instância do rastro instituído” (DERRIDA, 1973, p. 56). Nessa direção, a assinatura evocada por Serres (2011) pode ser compreendida como uma modalidade instituída de rastro que polui (e, portanto, encobre), por meio da linguagem, para se apropriar. Suas reflexões apontam a estreita conexão entre as categorias poluir, encobrir e apropriar.

Porém, ainda acerca do cuspe e da assinatura serem dispostos por Serres como análogos em sua função de “sujidade” apropriativa, ao levarmos esse diálogo com a psicanálise, outra perspectiva se revela. No campo psicanalítico, a cisão radical entre a dimensão dos animais e a do ser humano – animal falante –, implica a diferença no modo que o animal humano lida com seus vestígios. Jacques Lacan (1966/1998) observa que os animais fingem, despistam com uma falsa retirada, mas o humano é um animal que pode fingir que finge e que pode, simbolicamente, apagar seus rastros. Assim, confrontando Serres (2011), mas seguindo seu rastro, continuamos o diálogo com Lacan (1968-69/2008):

Tudo se inaugura no que acontece com o registro do sujeito definido como aquele que apaga seus vestígios. Para deixar mais clara a dimensão original daquilo que se trata, vou chama-lo, em última instância, de aquele que substitui seus vestígios por sua assinatura [...]. Quando primeiro se deixa um sinal, e depois se deixa que alguma coisa o anule, isso basta como assinatura. Que ela seja a mesma para qualquer um a quem for solicitada não altera em nada o fato de que isso é aceito como autenticando o ato em questão. (LACAN, 1968-69/2008, p. 304)

Substituir os vestígios pela assinatura para tentar anulá-los. Portanto, diferente da saliva, a assinatura como produto exclusivamente da linguagem estaria em função de justamente substituir os rastros, não enquanto substituição metafórica que dispõe a assinatura como o equivalente suave do cuspe, mas sim enquanto substituição anuladora, encobridora do cuspe, esse rastro animal, corporal, e que carrega em si a condição de um ruído irreduzível ao significado. Não obstante, o enlace entre o limpo e o próprio conservados pelo sujo no âmbito da linguagem, revela também o próprio em qualidade apropriativa, enquanto tentativa de se apropriar do resto que rasura a límpida linguagem. Isso posto, depreende-se um espaço, um ponto cego na homologia que Serres (2011) estabelece entre

os modos hominídeos de demarcação/apropriação territorial e a assinatura, posto a poluição não se tratar simplesmente de uma continuidade elaborada do cuspe. Se o “sujar” da poluição mantém uma raiz primitiva, ele também se desenraíza e manifesta-se como descontinuidade: na linguagem, dentro da ontologia ocidental, a saliva é ruído. Logo, a poluição estaria muito mais alinhada (e aliada) à assinatura do que ao cuspe-ruído na salada.

Outrossim, se a assinatura também pode se constituir como marca poluidora e apropriadora, assim o é, na mesma medida do sabão, por exemplo. Aqui vale retomar as palavras de Freud: “o incentivo à limpeza origina-se num impulso a livrar-se das excreções, que se tornaram desagradáveis à percepção dos sentidos” (1930 [1929]/2006, p. 105-106). Limpar o que foi excretado e constituído como rastro, também equivale a tentar limpar o que foi expulso para nossa exterioridade íntima. O sabão (e seus congêneres), além de objeto ideal da civilização é um artifício de linguagem, que por um lado limpa e por outro suja: ele é o limpo que tenta apagar, encobrir e se apropriar da sujeira que ruída a civilização, se instituindo como a sujeira aceitável, civilizada, “sujeira limpa”, digamos, mais palatável que o cuspe.

Nessa escatologia que marca o limite entre os mundos (mundo natural e mundo mundano), a poluição funcionaria como um operador de linguagem cujo efeito se presentifica como dilatador antrópico, na propulsão extensiva do que é fruto do espelhamento humano por sobre a camada da Terra. Algo que se aproximaria, por sua vez, ao que o filósofo e teólogo Pierre Teilhard de Chardin defendia em sua aspiração sob o nome de “hominização da Terra”: o impulso para o pensamento e a “espirtualização filética, progressiva, na Civilização humana, de todas as forças contidas na Animalidade” (CHARDIN, 1955/2005, p. 196). A Hominização da Terra (ou antropogênese) era sustentada por Chardin (1955/2005) como o fundamento para a criação de uma fina camada em torno da Terra, denominada noosfera: esfera do pensamento, do espírito, reino específico e de valor progressista, superposto à biosfera e em escala evolutiva. O que nos permite associar, portanto, a poluição como uma das manifestações dessa esfera de projeção dos ideais hominificantes, que criam um ambiente próprio. E ao invés do sabão, poderíamos hoje localizar o plástico como representante ideal dessa camada em torno da Terra⁸. Contrário à matéria que finda, invólucro com semblante de indestrutibilidade, da barreira a decomposição, o plástico esculpe e embala a vácuo a tentativa de longevidade que insiste em presença após a morte. Sob a perspectiva geológica estamos vivendo a

⁸ De acordo com os estudos do paleobiologista Jan Zalasiewicz, “se todo plástico descartado nas últimas décadas fosse um filme plástico, seria o suficiente para ter uma camada em volta da Terra. Com os padrões atuais de produção, haverá muitas camadas equivalentes nos meados do século”. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213305416300029>>. Acesso em: 02 ago 2021.

Idade do Plástico, Plastisceno, Plastisfera, dentro do Antropoceno. Os plásticos serão os fósseis do futuro.

Entretanto, é sempre necessário dizer que o sucesso de tal realização, como se revela hoje no panorama da crise de ambientes, não se consolidaria em tamanha proporção se não houvesse o acoplamento da produção técnica e subjetiva da ideologia capitalista. A prática de relação opositiva com a natureza e com o ruído firmada na ontologia ocidental, foi ampliada e gerenciada pela discursividade capitalista, que, por seu turno, se nutre do semblante de que seja possível a existência do todo da linguagem, isto é, de que nada fique fora dela, que tudo possa ser assimilado, tentando encobrir assim o limite de apreensão, a falta, a castração, o resto. Uma economia do excesso que rejeita a perda estrutural em seu fundamento. Nesse contexto, o capitalismo é sempre um ecocapitalismo, não enquanto a modalidade que se ocupa com sua própria reciclagem – o assim chamado “desenvolvimento sustentável”. Mas sobretudo, porque cria um circuito que ecoa um antropocentrismo histórico e o amplifica criando um ambiente ainda mais fechado em si mesmo, puro de homens, puro eco de suas vozes, ecocídio que priva os viventes do *oikos* comum.

Por conseguinte, a linguagem que polui é a linguagem que se acumula, ao modo da acumulação do capital, e se espalha, como se diz, de “papel passado”, em sua pureza encobridora no planeta, que, subordinada a lógica capitalista, faz do mundo, literalmente, sua “propriedade-privada”, excrementícia, privando o mundo natural de seu existir. A poluição privatiza. Enquanto que o “limpo de assinatura”, não é propriedade de ninguém. A poluição é assim um artifício de domínio, consequência de um modo hiper opositivo de se relacionar com o que escapa ao controle, com o limite das apreensões, com o sensível, com o Real, com a falta, com a morte e o que mais possam representa-los, tais como o resto de terra ou a própria Terra.

Não obstante, a linguagem da poluição, também traz consigo um retorno do ruído recalçado⁹. E a crise ecológica, climática, nos convoca a aterrar, com o corpo junto a alma, na Terra. Ao mesmo tempo em que nos convoca a incluir a Terra em nossas políticas. Como fazer *política-com, existir-com*, e não, *existir-contra*? Nesse processo de incorporação mútua, somos testemunhas (ainda que não em condição plena de elaboração do que estamos testemunhando) de um momento de passagem, da migração da concepção de natureza como artefato, como ideia abstrata, como instância previsível e domável a partir de cálculos, desvendável e integralmente separada de nós, para um outro modo de ver, que ainda está em gestação. É tarefa do nosso século simbolizar a natureza em nós, de outra

⁹ O conceito de retorno do recalçado refere-se ao movimento de reaparecimento das representações que foram suprimidas e que operam no inconsciente, que ressurgem de uma maneira que não é possível reconhecê-las, embora numa dialética própria de serem o mesmo. (Garcia-Roza, 2008).

forma que não a de uma simbolização biologicista e mecânica que reputa aos viventes (incluindo nós) a condição de um conjunto de peças montáveis e desmontáveis. É tarefa do nosso século experimentar o natural de outra maneira que não a de um adversário e descolonizar a natureza desde sua concepção epistemológica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, F. Ozorio. “A arqueologia dos fermentados: a ética história dos Tupi-Guarani”. In: *Estud. av.* [on-line]. São Paulo, v. 29, n. 83, p. 87-118, Apr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100087&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100006>.
- CHARDIN, P. Teilhard. (1955). *O fenômeno humano*. São Paulo: Cultrix, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. (1972). “Assinatura acontecimento contexto”. In: *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.
- FERREIRA, A. Gomes. *Dicionário de Latim-Português*. Porto: Porto Editora, 2001.
- FERREIRA, A. B. Holanda. *Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S/A, 1995.
- FREUD, Sigmund. (1913). “Prefácio a Scatologic rites of all nations, de Bourke”. In: *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1927). “O Futuro de uma ilusão”. In: *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1930 [1929]). “Mal-estar na civilização”. In: *Obras completas de Sigmund Freud*. Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- GARCIA-ROZA, Luiz. “Introdução à Metapsicologia Freudiana”. In: *Artigos de metapsicologia*, vol. 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- IPCC, 2019: Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems [P.R. Shukla, J. Skea, E. Calvo Buendia, V. Masson-Delmotte, H.-O. Pörtner, D. C. Roberts, P. Zhai, R. Slade, S. Connors, R. van Diemen, M. Ferrat, E. Haughey, S. Luz, S. Neogi, M. Pathak, J. Petzold, J. Portugal Pereira, P. Vyas, E. Huntley, K. Kissick, M. Belkacemi, J. Malley, (eds.)]. In press. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/>>. Acesso em: 13 set 2021.
- KLEIN, Naomi. Entrevista: “A mudança climática foi causada por nosso sistema capitalista”. In: *Carta Maior* (revista online). Tradução: Daniella Cambaúva. (2015). Original publicado no Jornal Der Spiegel. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/-A-mudanca-climatica-foi-causada-por-nosso-sistema-capitalista-/3/33068>>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- LACAN, Jacques. (1957-1958). *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

- _____. (1966). “Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.
- _____. (1968). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MARQUES, L. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Unicamp, 2016.
- OTERINO, A. *La luz en la quinta del sordo: estudio de las formas y cotidianidad*. 2002. 265 f. Tese (doutorado em artes), Facultad de Bellas Artes, Universidad Complutense de Madrid, Madrid. 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.ucm.es/tesis/bba/ucm-t25732.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- PIGEAUD, Jackie. *A Crise*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2009.
- SERRES, Michel. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1991.
- _____. *O Mal Limpo: poluir para se apropriar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- WALDMAN, Maurício. *Lixo: cenários e desafios – abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- ZALASIEWICZ, Jan, et al. “The geological cycle of plastics and their use as a stratigraphic indicator of the Anthropocene”. In: *Anthropocene*, vol 13, p. 4 – 17, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2213305416300029>>. Acesso em: 02 ago 2021.